

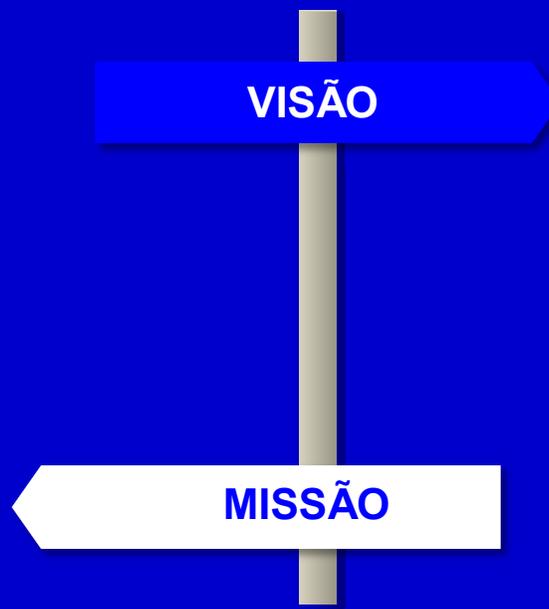
ORÇAMENTO CIDADÃO 2021

www.mef.gov.mz | SUGESTÕES: 21490006/7

10ª Edição



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS



Informar ao Cidadão, em linguagem simples e acessível, sobre as prioridades do Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado.

Estimular a transparência e a participação do Cidadão em todas as fases do processo de planificação e orçamentação (elaboração, aprovação, execução e controlo).

PREZADO CIDADÃO

Reafirmando o seu compromisso no âmbito da transparência orçamental, o Governo de Moçambique anualmente elabora o Orçamento Cidadão, para dar a conhecer ao público em geral o processo de preparação e elaboração do Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado, e mostrar como é gasto o dinheiro público.

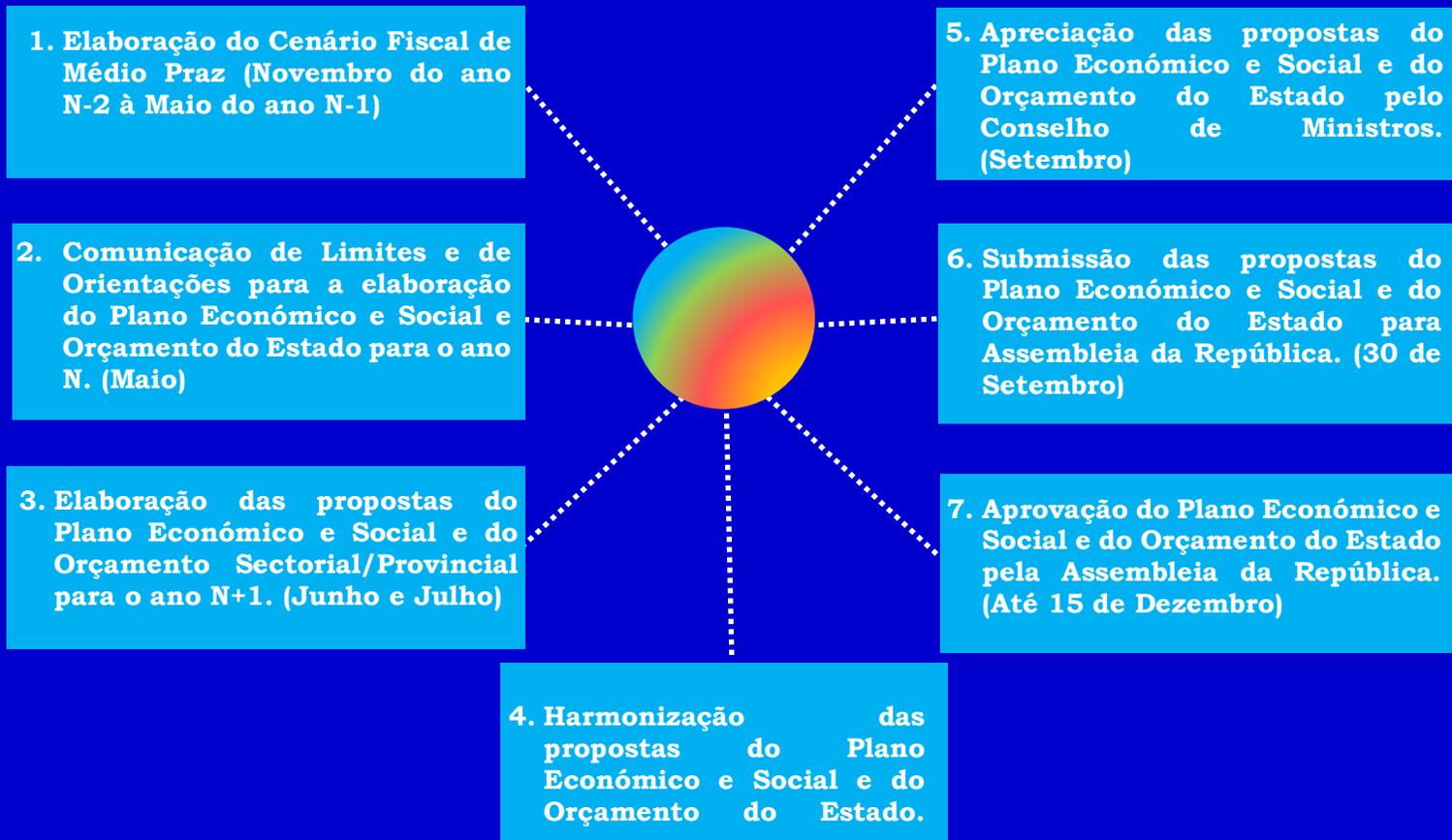
É com base nesta premissa que o **Ministério da Economia e Finanças**, com o apoio dos parceiros, apresenta a **10ª Edição do Orçamento Cidadão** referente ao **exercício económico de 2021**.

Qual é a importância de um Orçamento Cidadão?

O Governo ao disponibilizar o Orçamento Cidadão, está a criar mecanismos para manter a sociedade informada na gestão dos recursos públicos, proporcionando melhor compreensão ao cidadão de como é gasto o dinheiro proveniente dos impostos que paga, por meio de uma linguagem acessível.

Vários países no mundo, tem adoptado esta metodologia como um estímulo para a promoção da transparência pública, democracia e cidadania, contribuindo para uma sociedade melhor informada e mais participativa.

QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS PASSOS PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO?



Ano N-1 – significa um ano anterior em relação a um determinado exercício económico.

Ano N-2 - representa dois anos anteriores em relação a um determinado exercício económico.

QUAL É A IMPORTÂNCIA DO CENÁRIO FISCAL DE MÉDIO PRAZO

Determina o envelope de recursos disponíveis, a despesa a realizar e os riscos fiscais.

Garante a articulação entre os instrumentos de longo, médio e de curto prazos, e tem um horizonte temporal de 3 anos.

Serve de base para a atribuição dos limites orçamentais para a elaboração do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado, através da definição dos critérios para afectação dos recursos para os sectores, províncias e distritos.



PLANO ECONÓMICO E SOCIAL

1

É o principal instrumento de planificação e de implementação da política do Governo e orienta a sua acção governativa definida no Programa Quinquenal do Governo (PQG).

2

Tem a sua expressão financeira no Orçamento do Estado.

3

Deve responder a:

- ⇒ Prioridades e Pilares do PQG;
- ⇒ Alinhamento com o CFMP e OE; e
- ⇒ Detalhar as acções, respectiva localização, metas físicas e financeiras e beneficiários.

ORÇAMENTO DO ESTADO

É o documento ou conjunto de documentos que detalha todas as receitas e despesas do Estado previstas para um determinado ano, propostas pelo Governo e aprovadas sob a forma de Lei, pela Assembleia da República.

PRINCÍPIOS ORÇAMENTAIS

ANUALIDADE E UNIDADE

Tem um período de validade e de execução anual.

UNIVERSALIDADE

Todas as receitas e despesas devem estar inscritas obrigatoriamente no Orçamento do Estado.

ESPECIFICAÇÃO

Cada receita e cada despesa deve ser suficientemente individualizada.

NÃO COMPENSAÇÃO

As receitas e as despesas devem ser inscritas de forma ilíquida.

EQUILÍBRIO

Todas as despesas previstas no Orçamento devem ser efetivamente cobertas por receitas nele inscritas.

PUBLICIDADE

Em conformidade com a Lei, a resolução do PES, e a Lei Orçamental, aprovadas pela Assembleia da República, devem ser publicadas em Boletim da República.

As Propostas do Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado para 2021 irão assegurar a continuidade da materialização do Programa Quinquenal do Governo 2020-2024 no seu segundo ano de implementação.

Estes instrumentos foram elaborados num contexto de transformações económicas e sociais impostas pela pandemia da COVID-19, que resultou numa recessão da actividade económica à nível global, obrigando a implementação de medidas de prevenção de forma a evitar a sua propagação. A nível nacional, destacam-se ainda os ataques armados na zona centro e terrorismo no norte do País.

POLÍTICA ORÇAMENTAL PARA 2021

A Política Orçamental para o ano 2021 prosseguirá em acções na área tributária com vista a incrementar e diversificar os níveis de captação de receitas e na racionalização dos gastos públicos dada a limitação de recursos.

Por forma a responder a novos desafios resultantes da pandemia da COVID-19 na execução do Programa Quinquenal do Governo (PQG 2020-2024), os instrumentos de planificação e orçamentação estarão estruturados para:

ESTIMULAR

O crescimento económico, em parceria com o sector privado no âmbito da estratégia de industrialização baseada na agricultura, reorientando as prioridades do investimento público.

MODERNIZAR E INOVAR

Os processos de produção no âmbito da economia digital, a arrecadação da receita, a prestação de serviços públicos, a administração pública e no sector empresarial do Estado.

REFORÇAR

A boa governação, transparência e combate a corrupção, descentralização, protecção e segurança pública, no contexto de consolidação fiscal e orçamental em curso.

MEDIDAS DE POLÍTICA TRIBUTÁRIA

Alargar a base tributária para a melhoria da eficiência e eficácia na cobrança de receitas;

Aprimorar a arrecadação das receitas internas, através da: (i) melhoria do controlo do trânsito aduaneiro; (ii) consolidação da modernização dos sistemas de cobrança de receitas; (iii) aprimoramento da Janela Única Electrónica (JUE), E-tributação e Máquinas Fiscais; e (iv) reforma legislativa para acomodar os desafios da era digital;

Reforçar a administração fiscal e o controlo do combate à fuga ao fisco.

MEDIDAS NA DESPESA PÚBLICA

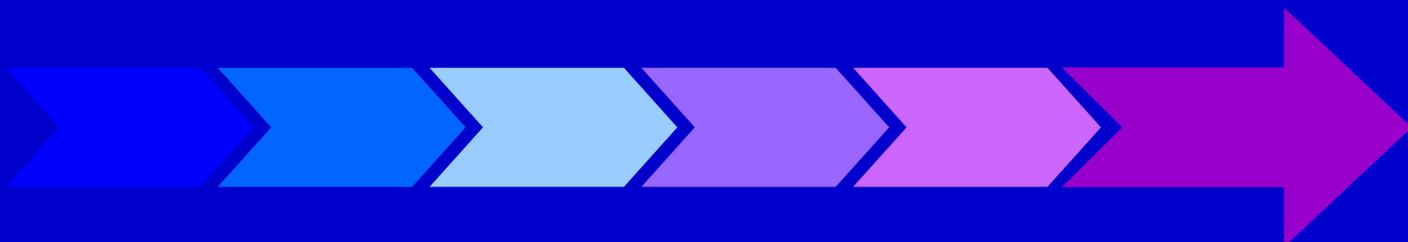


Racionalizar a Pirâmide Salarial da Função Pública;

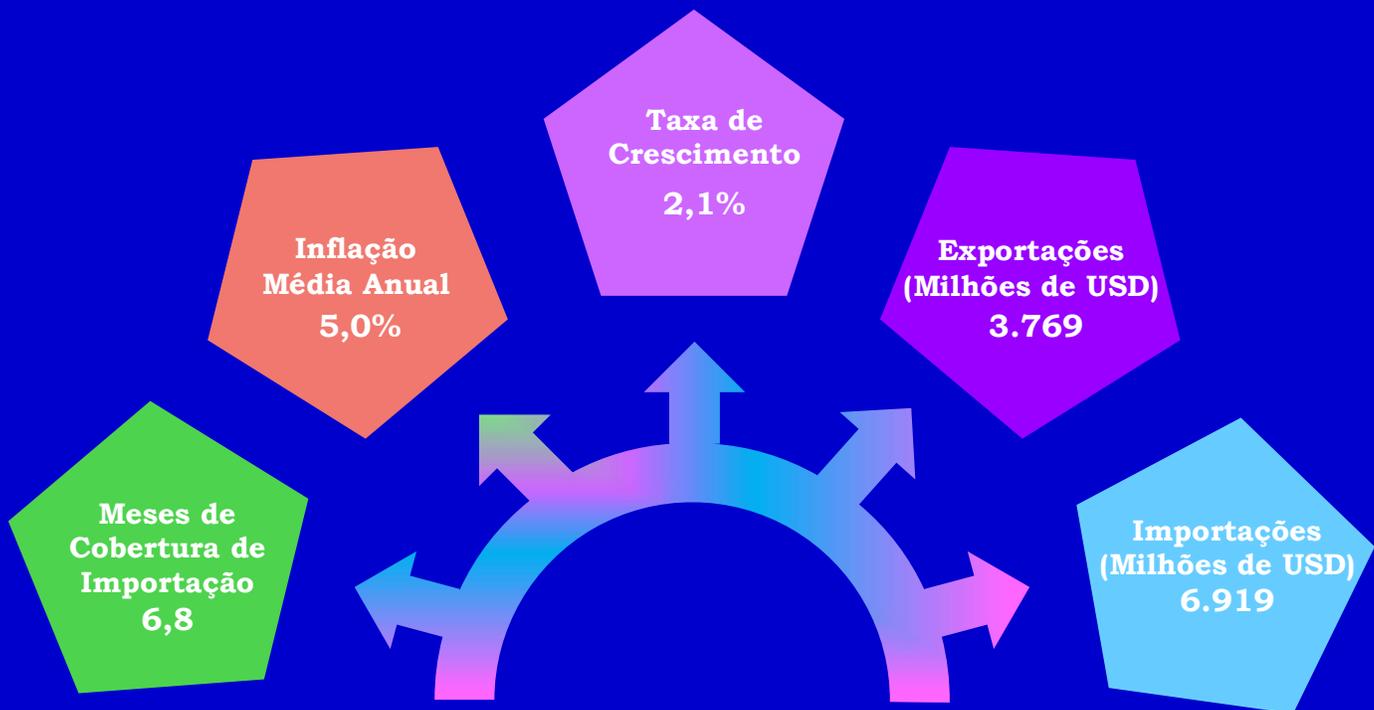
Actualizar e implementar a nova Lei do SISTAFE;

Prosseguir com a modernização e reformas da administração pública; e

Reorientar os recursos para os sectores da Educação, Saúde e Acção Social, Agricultura, Infraestruturas, e as Forças de Defesa e Segurança.



COMO O GOVERNO PREVÊ A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PARA 2021?



Taxa de Crescimento: perspectiva-se uma ligeira recuperação na maioria dos sectores, como da Saúde e Accão Social (5,0%), Agricultura (4,0%), Electricidade e Gás (3,7%), Alug. Imo. Serv. Prest Emp. (3,2%) e Construção (3,0%)

Exportações: prevê-se um crescimento USD 92,2 milhões em relação ao ano de 2020 justificado pela recuperação gradual da procura externa, resultado da retoma da actividade económica à nível global.

Inflação Média Anual: o aumento de 1 ponto percentual em relação ao ano anterior reflecte o impacto da depreciação do Metical e a previsão da subida do preço do petróleo no mercado internacional.

Importações: o aumento em USD 1.023,7 milhões face ao ano de 2020 é explicado pelo efeito combinado do incremento das importações dos grandes projectos e da economia em geral.

RECURSOS QUE FINANCIAM O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2021

TOTAL DE RECURSOS
368.595,1 MILHÕES DE MT

RECEITAS DO ESTADO
265.596,1 MILHÕES DE MT

RECURSOS

Para os recursos estão previstos o montante de **368.595,1 Milhões de Mt**, equivalente a **32,5 % do PIB**, dos quais, **309.053,6 milhões de Mt** são provenientes dos recursos internos e os restantes **59.541,5 milhões de MT** dos recursos externos, correspondente a **27,3%** e **5,3%** do **PIB**, respectivamente.

DE ONDE SERÃO PROVENIENTES AS RECEITAS DO ESTADO?

A principal fonte das receitas do Estado provém das receitas fiscais com cerca de 81%, que são provenientes do pagamento obrigatório pela população, nomeadamente, dos impostos sobre o rendimento, dos impostos sobre os bens e serviços, sobre o património e outros impostos, seguindo-se as receitas consignadas com 9%, e as de Capital e as não fiscais, igualmente com 5%, respectivamente.

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DO ESTADO



QUAIS SÃO OS IMPOSTOS MAIS RELEVANTES NAS RECEITAS FISCAIS ESTIMADAS PARA OE 2021?

RECEITAS FISCAIS
214,5 MIL MILHÕES DE MT

RECEITAS FISCAIS 2021



DESPESA DO ESTADO PARA 2021

DESPESAS

A Despesa Pública está fixada em **368.595,1 Milhões de Mt**, equivalente a **32,5% do PIB**.

Do montante total, **238.290,5 Milhões de MT** são referentes às Despesas de Funcionamento, **83.782,0 Milhões de Mt** as Despesas de Investimento, e por último, as Operações Financeiras com **46.522,5 Milhões de MT**, equivalente a **21,0%**, **7,4%** e **4,1%** do PIB.

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO
238.290,5 MILHÕES DE MT

DESPESAS DE INVESTIMENTO
83.782,0 MILHÕES DE MT

OPERAÇÕES FINANCEIRAS
46.522,5 MILHÕES DE MT

QUAIS AS PRIORIDADES DA DESPESA PÚBLICA PARA 2021?

1 **Prosseguir com a melhoria das condições de higiene e saneamento no contexto da COVID 19.**

2 **Aumentar efectivos para os sectores da Saúde e Educação no âmbito das acções de prevenção e combate da COVID-19.**

3 **Aumentar o investimento e melhorar a logística nas Forças de Defesa e Segurança de modo a adequá-las as exigências presentes e do futuro.**

4 **Aumentar a produção agrícola visando a aceleração do crescimento do sector agrário.**

5 **Continuar o desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais básicas.**

6 **Expandir os programas de protecção social, por forma a abranger um maior número de beneficiários.**

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

QUANTO SERÁ GASTO PARA MANTER A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A FUNCIONAR?

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO



Para garantir o funcionamento das instituições públicas, estão previstos cerca de 238.290,5 milhões de MT para o ano de 2021, que corresponde a 21,0% do PIB, um decréscimo de 1,4 pontos percentuais, comparativamente com 2020.

DESPESAS COM PESSOAL

Neste agregado a concentração da despesa será nas despesas com pessoal que irá absorver **56,3%** das despesas de funcionamento, que tem como principal enfoque o pagamento dos salários dos funcionários da administração pública e contratação de **17.180 efectivos** para os sectores da Educação (9.769), Saúde (5.520), Agricultura - Extensionistas (1.891).

O aumento do número de efectivos para os sectores da Educação e Saúde visam o incremento das acções de combate e prevenção da COVID -19, de forma a garantir o distanciamento interpessoal nas unidades de ensino a todos os níveis, o que irá demandar mais professores e à nível do sector da saúde, mais profissionais de saúde para atender o aumento contínuo da procura dos serviços e assegurar, em especial nesta fase da pandemia.



DESPESAS COM BENS E SERVIÇOS

Para está rubrica estão previstos cerca de **37,2 Mil Milhões de MT**, sendo a principal preocupação do Governo melhorar e assegurar a provisão de serviços públicos aos cidadãos, sendo prioridades, a aquisição e distribuição de medicamentos, equipamento hospitalar, carteiras escolares, e garantir a aquisição de artigos de higiene e limpeza para os sectores da Educação, Saúde e Acção Social, no âmbito da prevenção da COVID-19, entre outros bens.



SUBSÍDIOS

Em 2021, preve-se a atribuição dos subsídios somente para as empresas públicas com défices de exploração, que pelas suas atribuições prosseguem objectivos sociais. Assim estão previstos cerca de **1.112,9 milhões de MT**, correspondente a **0,1% do PIB**.



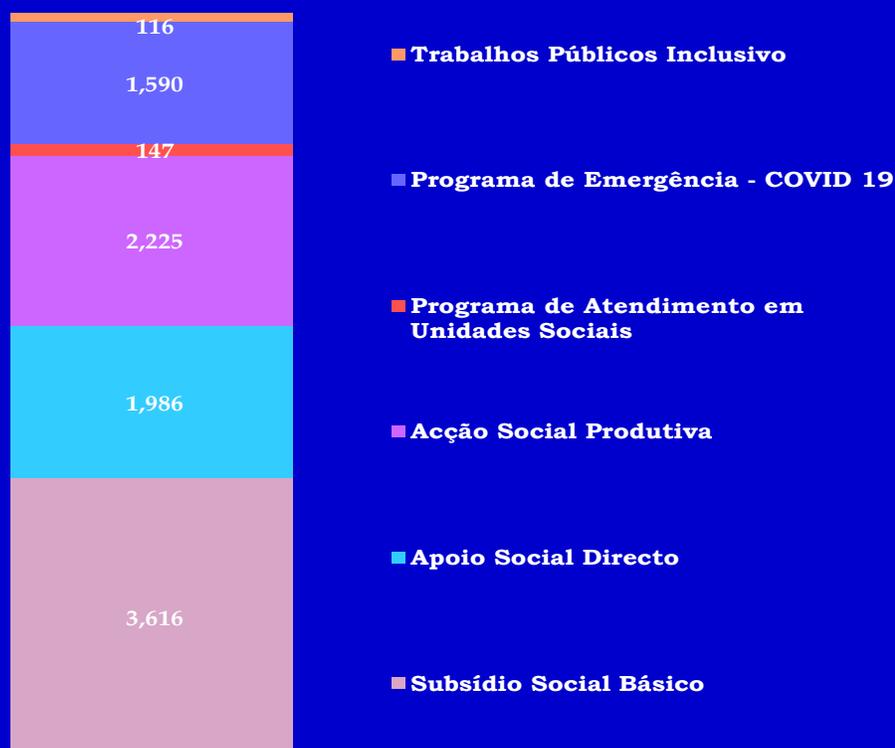
PROGRAMAS DE PROTECÇÃO SOCIAL

O GOVERNO PREVÊ ALGUM TIPO DE ASSISTÊNCIA PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE?

Para atender a população desfavorecida o Governo prevê prosseguir com os Programas de Protecção Social, estando previsto o montante de **9.678,9 Milhões de MT** para 2021, contra os **5.675,8 milhões de MT** da Lei 2020, o que representa um acréscimo de **70,5%** em termos nominais, resultante da necessidade de incluir um maior número de beneficiários para fazer face à COVID-19, é neste sentido que serão abrangidos cerca de **1.772.708 beneficiários**.

Do montante total, **4.507,8 milhões de MT** são provenientes dos recursos internos e **5.171,1 milhões de MT** de recursos externos.

PROGRAMAS DE PROTECÇÃO SOCIAL (MILHÕES DE MT)



RECEITAS PROVENIENTES DA ACTIVIDADE PETROLÍFERA E MINEIRA

DE QUE FORMA AS COMUNIDADES IRÃO SE BENEFICIAR DAS RECEITAS PROVENIENTES DA ACTIVIDADE MINEIRA?

De forma a garantir que as receitas provenientes da actividade da exploração de recursos da actividade mineira e petrolífera revertam a favor das comunidades, está previsto que **2,75%** das receitas do imposto sobre a produção do ano n-2 provenientes desta actividade sejam canalizadas às localidades onde se localizam estes empreendimentos. Para o efeito, está previsto cerca de **74,5 milhões de MT**, destinadas ao desenvolvimento das comunidades das áreas onde se localizam os empreendimentos.



Quadro 1. Previsão das transferências das receitas provenientes da actividade petrolífera e mineira às Comunidades

Província	Distrito	Localidade	Actividade Mineira	LEI 2021
<i>Em Milhões de MT</i>				
Cabo Delgado	Montepuez	Namanhumbir	Rubis 	10.5
		Balama	Grafite, Vanadio 	2.3
Nampula	Larde	Topuito	Areias Pesadas 	5.4
	Angoche	Angoche		0.3
Tete	Moatize	Cateme	Carvão Mineral 	9.9
		25 de Setembro		9.9
		Chipanga II		9.9
		Benga		6.9
		Marara		Kachembe
Zambezia	Pebane	Pebane	Areias Pesadas 	0.2
	Chinde	Mitange	Ilmenite, Titânio, Zircão 	0.5
Manica	Manica	Penhalonga	Ouro 	0.0
		Manica		1.2
		Machipanda		0.0
Inhambane	Govuro	Pande	Gás Natural 	3.3
	Inhassoro	Maimelane		13.4
Maputo	Boane	Boane	Riolito 	0.2
	Namaacha	Namaacha	Água Mineral 	0.4
TOTAL				74.5

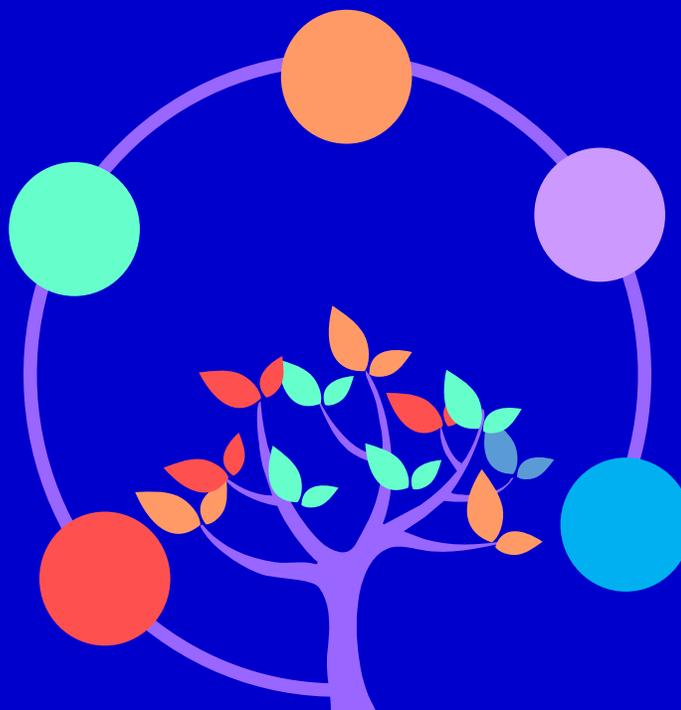
E PARA AS COMUNIDADES QUE TÊM RECEITAS PROVENIENTES DA ACTIVIDADE FLORESTAL E FAUNÍSTICA ESTÁ PREVISTA ALGUMA TRANSFERÊNCIA?

Igualmente está prevista a transferências de 20% das receitas da actividade florestal e faunística para às Comunidades, prevendo-se para 2021 cerca de **72,1 milhões de MT**. As Províncias que irão se beneficiar mais com esta actividade são Inhambane com **12,5 milhões de MT**, estando em seguida as Províncias de Sofala e Gaza, com **10,1** e **8,0 milhões de MT**, respectivamente.



Quadro 2. Previsão das Transferência Receitas Provenientes Florestal e Faunística às Comunidades

	LEI 2021
	Milhões de MT
ANAC	5.6
MAPUTO PROVINCIA	3.4
ZAMBEZIA	5.4
CABO DELGADO	6.7
GAZA	8.0
INHAMBANE	12.5
MANICA	4.0
NAMPULA	2.7
NIASSA	7.6
SOFALA	10.1
TETE	6.1
TOTAL	72.1

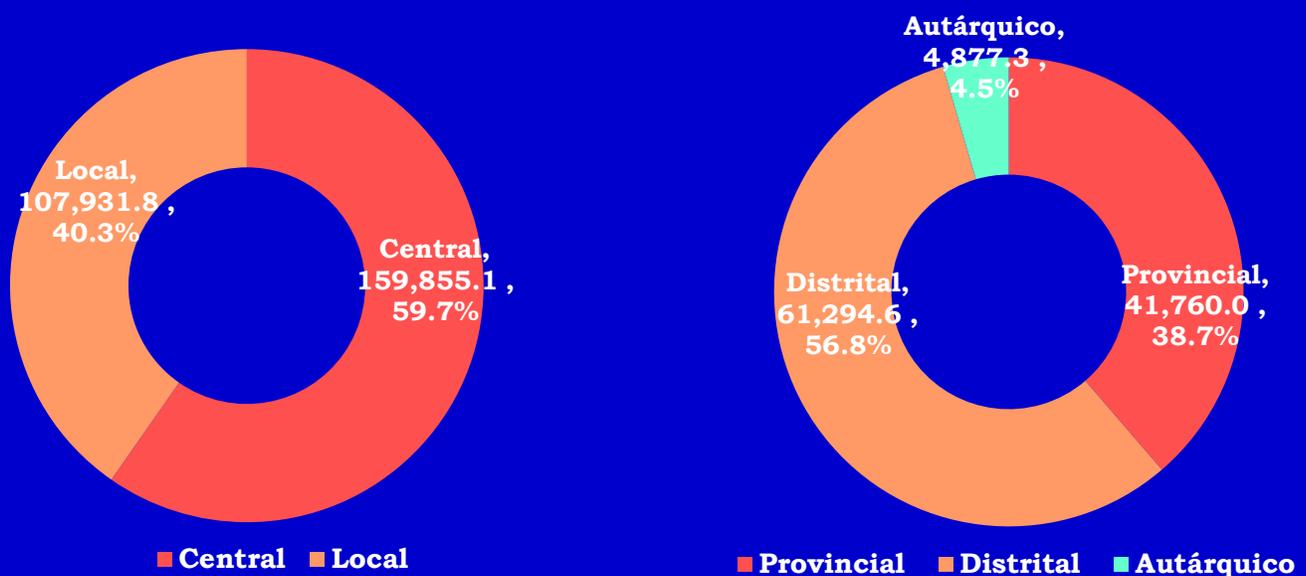


DESPESA POR NÍVEL TERRITORIAL

A nível da afectação territorial, a maior parte da despesa pública, excluindo os Encargos Gerais do Estado, continuará a ser absorvida pelo nível central com **59,7%**, o que representa um incremento de 2,5 pontos percentuais face a Lei Orçamental de 2020.

Para o nível local perspectiva-se o montante de **107.931,8 Milhões de MT**, dos quais, **41.760,0 Milhões de MT** para o Provincial, **61.294,6 Milhões de MT** para o Distrital e **4.877,3 Milhões de MT** para o Autárquico, corresponde a **38,7%**, **56,8%** e **4,5%** da Despesa Total, excluindo os Encargos Gerais do Estado.

ALOCAÇÃO TERRITORIAL (Em Milhões de MT)



DESPESAS DE INVESTIMENTO

QUAIS SÃO AS ÁREAS PRIORITÁRIAS DE INVESTIMENTO?

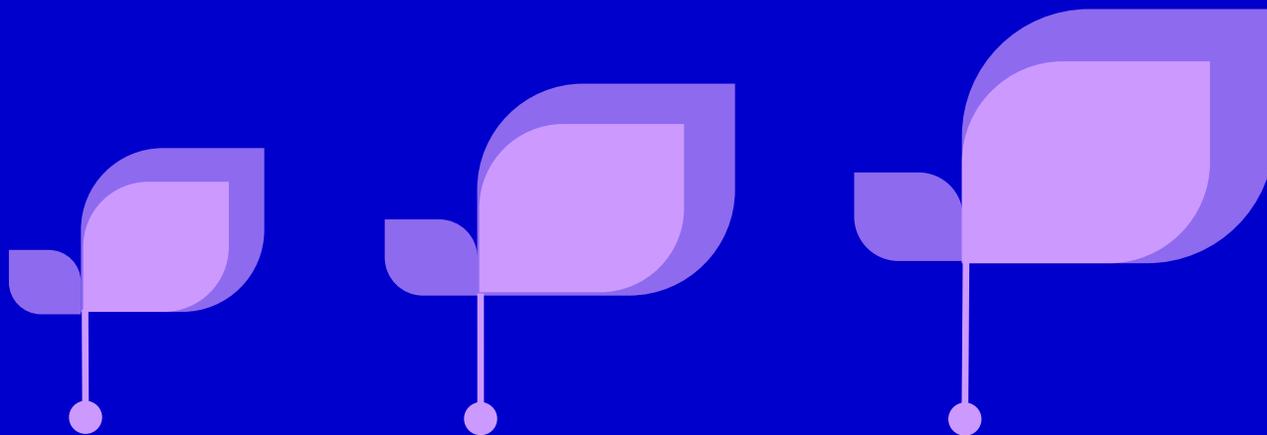


As Despesas de Investimento, estão previstas que alcancem cerca de **83.782,0 milhões de MT**, o equivalente a **7,4%** do PIB e um incremento de **0,4 pontos percentuais** em relação ao orçado para 2020, que resulta fundamentalmente do aumento do financiamento externo ao investimento.

A concentração dos recursos disponíveis para as despesas de investimento, continuará a ser para as áreas económicas e sociais, conforme pode-se verificar no quadro a seguir:

Quadro 3. Amostra dos Projectos de Investimento (Em Milhões de MT)

ACÇÃO	DESPESAS DE INVESTIMENTO		
	EXTERNO	INTERNO	TOTAL
EDUCAÇÃO	5,730.7	999.7	6,730.4
CONSTRUCAO DE SALAS DE AULAS	597.1	92.3	689.4
AQUISICAO DE CARTEIRAS ESCOLARES	41.9	87.3	129.1
CONSTRUCAO DE ESCOLAS PARA O ENSINO SECUNDARIO	251.8	-	251.8
LIVRO ESCOLAR	1,118.2	-	1,118.2
PROJECTO - PILOTO DE ENSINO PRE ESCOLAR	105.3	-	105.3
RECUPERACAO RESILIENTE DE INFRASTRUTURAS ESCOLARES	183.5	-	183.5
PROGRAMA DE GESTAO DE RISCO DE DESASTRES E RESILENCIA NAS ESCOLAS	401.0	147.8	548.7
SAÚDE	6,800.3	1,656.1	8,456.5
CUIDADOS DE SAUDE PRIMARIOSE SERVICOS DE SAUDE - PROSAUDE III	752.7	-	752.7
APOIO AO PROGRAMA NACIONAL DE COMBATE A TURBECULOSE	243.7	-	243.7
APOIO AO PROGRAMA NACIONAL DE COMBATE A MALARIA	404.5	-	404.5
APOIO AO PROGRAMA NACIONAL DE COMBATE AO HIV/SIDA	404.4	70.2	474.7
APOIO AO PROGRAMA ALARGADO DE VACINACAO	309.0	0.4	309.4
INFRAESTRUTURAS (ESTRADAS, ÁGUAS E OBRAS PÚBLICAS)	18,563.6	9,217.6	27,781.2
PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO SECTOR DE AGUAS II	2,970.6	-	2,970.6
MANUTENCAO DE EMERGENCIA	-	850.0	850.0
MANUTENCAO DE ESTRADAS PA VIMENTADAS	-	754.6	754.6
MANUTENCAO DE ESTRADAS DISTRITAIS	-	308.0	308.0
MANUTENCAO DE ESTRADAS URBANAS	-	492.0	492.0
ELECTRIFICACAO RURAL - ALIVIO A POBREZA.	-	1,034.2	1,034.2
REABILITACAO DA ESTRADA NACIONAL N6C TICA-BUZI'NOVA SOFALA	2,994.4	8.7	3,003.1
ASFALTAGEM DA ESTRADA NACIONAL N13: CUAMBA-MANDIMBA-MASSANGULO	1,345.9	37.0	1,382.9
PROGRAMA NACIONAL DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO RURAL- PROJ	1,216.2	-	1,216.2
PROGRAMA INTEGRADO DE ESTRADAS RURAIS	3,245.3	7.9	3,253.2
CONSTRUCAO DA PONTE SOBRE O RIO MONTEPEUEZ	104.6	145.4	250.0
AGRICULTURA E PESCA	10,869.3	9,123.5	19,992.8
ADMINISTRACAO DO FUNDO DE FOMENTO PESQUEIRO	-	15.3	15.3
APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	-	120.0	120.0
APOIO A GOVERNACAO E CRESCIMENTO PARTILHADO DAS PESCARIAS DO SUDOESTE	128.4	-	128.4
APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AQUACULTURA	-	7.1	7.1
IRRIGA - PROJECTO DE AGRICULTURA DE IRRIGACAO DE PEQUENA ESCALA E ACESSO .	620.5	-	620.5
PROJECTO SUSTENTA	693.0	-	693.0
TERRA SEGURA	805.1	-	805.1
PROCAVA - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE CADEIAS DE VALOR AGRO- ALIMEI	1,105.6	-	1,105.6
PROGRAMA DE INVESTIMENTO FLORESTAL - MOZFIP	697.6	-	697.6
MANEIO INTEGRADO DE AMENDOAS	-	280.0	280.0
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	-	2,587.5	2,587.5
INCENTIVO GEOGRAFICO PARA A CONSTRUCAO E REABILITACAO DE BOMBAS DE COM	-	330.0	330.0
ELECTRIFICACAO RURAL - ALIVIO A POBREZA.	-	1,034.2	1,034.2
CONSTRUCAO DO EDIFICIO DO INSTITUTO GELOGICO MINEIRO	-	300.0	300.0
CENSO DOS MINERADORES ARTESANAIS	-	165.2	165.2
IMPLANTACAO DA UNIDADE DE GESTAO DO PROCESSO KIMBERLEY	-	119.6	119.6
CONSTRUCAO E APETRECHAMENTO DE ESTACOES SISMOGRAFICAS	-	28.6	28.6
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	10,322.8	2,175.3	12,498.1
REABILITACAO E EXPANSAO DO PORTO DE NACALA	4,140.0	-	4,140.0
CONSTRUCAO DO AEROPORTO DE GAZA	1,449.0	-	1,449.0
OPERACIONALIZACAO DOS AUTOCARROS DE TRANSPORTE PUBLICO E URBANO DE PA	-	233.4	233.4
MANUTENCAO DOS PORTOS E AJUDAS A NAVEGACAO	-	210.3	210.3
MODERNIZACAO DA BALIZAGEM DO PORTO DE QUELIMANE	-	58.5	58.5
COMERCIO E CONECTIVIDADE DA AFRICA AUSTRAL	1,035.0	-	1,035.0
AQUISICAO DE MEIOS DE TRANSPORTE MARITIMOS	-	150.0	150.0



SERVIÇO DA DÍVIDA

Para garantir o cumprimento do Serviço da Dívida Pública, estima-se o montante de **77.671,8 milhões de MT** para 2021, equivalente a **6,9% do PIB**, o que significa uma redução de **0,8p.p.** do PIB e **1,1%** em termos nominais face o ano de 2020.

Do total do serviço, **35.114,8 milhões de MT** serão destinados para o pagamento dos Juros, e **42.557,0 milhões de MT** para a amortização do Capital.



COMO SERÁ COBERTO O DÉFICE ORÇAMENTAL?

A perspectiva é que o défice orçamental se fixe em cerca de **102.999,0 milhões de MT**, equivalente a **9,1% do PIB** e um decréscimo de **1,7 pontos percentuais**, será financiado nos seguintes moldes:



AMOSTRA DAS ACÇÕES SECTORIAIS

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

63.973,7 MILHÕES DE MT



Taxa Líquida de Escolarização	79,5%
Livros Distribuídos	21.314.250
Carteiras Escolares Distribuídas	30.750
Professores Contratados	9.769
Salas de Aula Construídas	1.100
Rácio Alunos por Professor	64

SAÚDE

37.415,0 MILHÕES DE MT



% de Crianças Vacinadas (0-5 anos)	95%
% de Partos Institucionais	89%
% de Beneficiários dos Prog. Prot. Social	57%
Nº de crianças beneficiárias do TARV	135.805
Profissionais de Saúde Contratados	5.520
Rácio de Densidade dos Profissionais	130,7

INFRAESTRUTURAS

32.564,0 MILHÕES DE MT



Km's de Estradas Nacionais e Regionais asfaltadas 235

Km's de Estradas Nacionais Reabilitadas 20

Nº de Pontes Construídas 3

% da população vivendo nas zonas rurais com fonte de água segura 60%

% da população vivendo nas zonas urbanas que usa serviços de saneamento adequados 64%

AGRICULTURA

26.751,2 MILHÕES DE MT



Hectares construídos e/ou reabilitados 861

Quantidade de semente melhorada disponibilizada ao Mercado (Ton) 3.000

Produção de Cereais 2,9 milhões de ton.

Admissão e capacitação de extensionistas agro-pecuários 1.8

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

14.375,0 MILHÕES DE MT



Adquirir material circulante para transporte de passageiros e de carga 250 vagões, 80 carruagens e 5 locomotivas

Continuar a reabilitação da Linha Férrea de Machipanda (Fase I) 158

Concluir a reabilitação e expansão do Porto de Nacala, Fases II e III

AMBIENTE, RECURSOS NATURAIS, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E GESTÃO DE RISCO DE CALAMIDADES

4.404,1 MILHÕES DE MT



Regularizar a terra dos ocupantes de boa-fé em Maputo, Gaza, Sofala, Manica, Nampula e Niassa - 600.000 Parcelas Regularizadas

Construir aterros sanitários 5

Implementar Planos Locais de Adaptação as Mudanças Climáticas - 7 Infraestruturas resilientes estabelecidas

Mapear Zonas de Risco em 12 distritos em risco com mapas elaborados e impressos

GLOSSÁRIO

- **Dívida Pública:** são empréstimos contraídos pelo Estado, junto as instituições financeiras públicas ou privadas.
- **Receita Pública:** é o montante total (impostos, taxas, contribuições e outras fontes de recursos) em dinheiro, arrecadado pelo Tesouro Nacional, incorporado ao património do Estado.
- **Despesa Pública:** é a soma dos gastos realizados pela administração pública.
- **Subsídios:** é uma ajuda financeira disponibilizada às empresas para cobrir eventuais défices.